

DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS - 2002

Anexo V

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico no Comitê de Crédito às Exportações - CCEX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Comitê

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparar pastas com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX	Percentual	100%	100%	100%	100%
2 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CCEX as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias	Percentual	100%	100%	100%	100%
3 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX, para subsidiar o Secretário de Assuntos Internacionais e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda	Percentual	100%	100%	100%	100%
4 - Preparar relatório com as decisões do CCEX sobre operações/assuntos examinados nas Reuniões Ordinárias	Percentual	100%	100%	100%	100%
5 -					
6 -					
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo IV

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico no Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações - CFGE

Sinopse do Objeto: Organizar, convocar e distribuir documentação para os membros do CFGE, além do provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Conselho

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Compilar todas operações/assuntos e dados financeiros para repasse aos membros do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
2 - Preparar pastas para o Presidente e o Secretário-Executivo do Conselho, com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
3 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CFGE as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias	Percentual	100%	100%	100%	100%
4 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do Conselho	Percentual	100%	100%	100%	100%
5 - Elaborar ata das Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
6 - Encaminhar as resoluções do Conselho para a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação	Percentual	100%	100%	100%	100%
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo XII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais – CAECO
Coordenação-Geral de Integração – COINT

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Flávia Xerez

Cargo: Assistente

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA (Reuniões)	Unidade/%	9 (75%)	9 (100%)	9 (75%)	6 (100%)
2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade/%	8 (57%)	16 (80%)	6 (100%)	8 (100%)
3 - Negociações Birregionais do MERCOSUL e União Européia (Reuniões)	Unidade/%	3 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade/%	0 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	2 (50%)
5 - Reuniões sobre processos de Defesa Comercial	Unidade/%	0 (100%)	2 (100%)	6 (100%)	3 (100%)
6 - Participação em Seminários/Palestras	Unidade	0	1	1	1
7 - Elaboração de Notas sobre Defesa Comercial	Unidade	1	4	6	2
8 - Elaboração de Notas sobre alterações tarifárias e outros assuntos relativos a comércio	Unidade	0	4	1	1
9 - Elaboração de Notas sobre pedidos amparados na Resolução GMC 69/00	Unidade	0	0	2	1
10 -					

Obs: Algumas metas não foram totalmente realizadas, em virtude das restrições orçamentárias impostas pelos Decretos nºs 4.080, de 10.01.2002 e 4.230, de 14.05.2002, o que impossibilitou a participação da Secretaria em algumas negociações da ALCA e da OMC, e também pelo fato de que algumas negociações do MERCOSUL foram canceladas por decisão da cúpula do Bloco

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo VIII

Percentual: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos – COCEX

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados: Ines Aparecida Baptista do Nascimento Silva Maia

Cargo: Coordenadora

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	PERCENTUAL DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participar das reuniões no Clube de Paris	Unidade/%	2 (100%)	2 (66%)*	0 (0%)*	1 (33%)*
2 - Efetuar negociações bilaterais, elaborar ou analisar propostas e dar continuidade às negociações em andamento	Unidade/%	0 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	3 (100%)
3 - Elaborar ata ou ajuda-memória das reuniões e relatórios	Unidade/%	2 (100%)	4 (100%)	3 (100%)	4 (100%)
4 - Elaborar minuta de contrato bilateral e acompanhar os trâmites necessários para a assinatura do contrato	Unidade/%	0 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
5 - Informar ao Clube de Paris sobre a assinatura do contrato bilateral	Unidade/%	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)
6 - Elaborar informações requeridas pela Resolução nº 50 do Senado Federal	Unidade/%	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)
7 - Acompanhar a aprovação dos contratos bilaterais no âmbito do Congresso Nacional	Unidade/%	0 (100%)	3 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Elaborar procedimentos para a venda de créditos brasileiros	Unidade/%	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
9 - Convocar reuniões preparatórias para a definição de estratégia de negociação	Unidade/%	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
10 - Auxiliar na conciliação dos números da dívida a ser negociada e efetuar reuniões se necessárias	Unidade/%	0 (100%)	4 (100%)	3 (100%)	3 (100%)

* As metas para o 2º, 3º e 4º trimestres de 2002 (item 1) não foram totalmente realizadas, em virtude das restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 4.230, de 14.05.2002

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS

Anexo X

Unidade: MF/SAIN/ Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros - CAEFI

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional.

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira.

Responsável pelos Dados: Pablo Fonseca Pereira dos Santos

Cargo: Assistente

Assinatura: _____ **Data:** 31 / 12 / 2001

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1. Boletim de Economia Internacional: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados. Usualmente, o Boletim de Economia Internacional é dividido nas seguintes seções: EUA, Zona do Euro, Japão, Leste Asiático, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Mercados e <i>Commodities</i> . Eventualmente, acrescenta-se outras seções de países ou temas que, devido às circunstâncias do momento, tornam-se relevantes para o governo.	unidades	3	3	1*	1*
2. Informes especiais: notas informativas sobre países ou temas relacionados à economia internacional e ao comércio exterior feitas sob demanda específica do Secretário de Assuntos Internacionais e/ou dos Secretários-Adjuntos.	unidades	4	5	7	8
3. Nota sobre a Economia Argentina: relatório amplo sobre a economia argentina elaborado com informações obtidas por meio de contatos pessoais com funcionários do governo argentino e analistas do setor privado. Esses contatos foram realizados por dois funcionários da SAIN, durante visita à Argentina, no segundo trimestre de 2001	unidades	0	0	1	0
4. Apresentações: exposição elaborada em Power Point a pedido do Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior.	unidades	1	1	1	2

* As metas para os segundo e terceiro trimestres de 2001 não foram cumpridas por dois motivos: saída de um funcionário e de um estagiário, ainda não substituídos, no final do primeiro semestre de 2001; a maior demanda por informes especiais.

DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS - 2002

Anexo XI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais – CAECO
Coordenação-Geral de Integração – COINT

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinops e do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Flávia Xerez

Cargo: Assistente

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (Reuniões)	Unidade	12	9	12	6
2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade	14	20	6	8
3 - Negociações Birregionais MERCOSUL/União Européia (Reuniões)	Unidade	3	3	1	3
4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade	0	2	4	4
5 - Reuniões sobre processos de Defesa Comercial	Unidade	0	2	6	3
5 -					
6 -					
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo XII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais – CAECO
Coordenação-Geral de Integração – COINT

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Flávia Xerez

Cargo: Assistente

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA (Reuniões)	Unidade/%	9 (75%)	9 (100%)	9 (75%)	6 (100%)
2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade/%	8 (57%)	16 (80%)	6 (100%)	8 (100%)
3 - Negociações Birregionais do MERCOSUL e União Européia (Reuniões)	Unidade/%	3 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade/%	0 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	2 (50%)
5 - Reuniões sobre processos de Defesa Comercial	Unidade/%	0 (100%)	2 (100%)	6 (100%)	3 (100%)
6 - Participação em Seminários/Palestras	Unidade	0	1	1	1
7 - Elaboração de Notas sobre Defesa Comercial	Unidade	1	4	6	2
8 - Elaboração de Notas sobre alterações tarifárias e outros assuntos relativos a comércio	Unidade	0	4	1	1
9 - Elaboração de Notas sobre pedidos amparados na Resolução GMC 69/00	Unidade	0	0	2	1
10 -					

Obs: Algumas metas não foram totalmente realizadas, em virtude das restrições orçamentárias impostas pelos Decretos nºs 4.080, de 10.01.2002 e 4.230, de 14.05.2002, o que impossibilitou a participação da Secretaria em algumas negociações da ALCA e da OMC, e também pelo fato de que algumas negociações do MERCOSUL foram canceladas por decisão da cúpula do Bloco

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2002

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

UNIDADE GESTORA: 170191 - SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

NATUREZA JURÍDICA: Órgão da Administração Direta

CATEGORIA: A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda

FINALIDADES ESSENCIAIS / ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS - Portaria GMF/nº 318, de 20.11.2001:

I - acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;

II - analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;

III - participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;

IV - planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;

V - analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;

VI - acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;

VII - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;

VIII - participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

IX - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio e investimentos;

X - participar de negociações, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, em matéria de comércio e investimentos;

XI - acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;

XII - acompanhar as ações do Ministério da Fazenda na área de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório;

XIII - exercer a Secretaria-Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; e

XIV - apoiar a Presidência do Comitê de Crédito às Exportações - CCEx e coordenar o financiamento oficial às exportações.

PLANO DE TRABALHO E RESULTADOS

GABINETE

(v. Anexos I e II)

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos normais e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais desenvolveu as seguintes atividades:

1. Participação em reuniões e seminários no exterior

- 1.1. Reunião da Agência Multilateral de Garantia de Investimento - MIGA.
- 1.2. Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL.
- 1.3. Seminário de Ministros Ibero-Americanos preparatório da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento.
- 1.4. Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento.
- 1.5. Reunião do "International Monetary and Financial Committee Deputies".
- 1.6. Encontro de Redes de Bancos Centrais e Ministérios das Finanças da América Latina, reuniões da Primavera, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC e do Comitê de Negociações Comerciais - CNC.
- 1.7. Reunião do "G-20 Workshop on Globalization, Living Standards and Inequality".
- 1.8. Encontro Econômico Brasil-Alemanha 2002.
- 1.9. Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL.
- 1.10. Reunião do "G-20 Finance and Central Bank Deputies Meeting".
- 1.11. Reuniões do Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- 1.12. Conferência sobre Economia Mundial, promovida pelo Aspen Institute.
- 1.13. Reunião do "International Monetary and Financial Committee Deputies" e contatos com os setores financeiros britânico e japonês.
- 1.14. Assembléias Anuais do FMI e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.
- 1.15. Conferência sobre "Can We Break the Crisis Cycle for Emerging Markets?".
- 1.16. Reunião Anual do "G-20 Finance Ministers and Central Bank Governors".
- 1.17. Reunião de Trabalho com o FMI sobre Mecanismos de Reestruturação de Dívida Soberana.
- 1.18. Reuniões do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento.
- 1.19. Reuniões dos países doadores da 13ª recomposição de recursos da "International Development Association" - IDA.
- 1.20. Reunião dos Pontos de Contato Nacionais relativa às Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE para Empresas Multinacionais.
- 1.21. Reuniões preparatórias da Comissão Interministerial para a Conferência sobre Meio-Ambiente (Rio+10).
- 1.22. Reuniões da Comissão Interministerial para a aplicação de dispositivos sobre a exportação de bens sensíveis.

1.23. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Perspectivas Econômicas de Curto Prazo, promovida pela OCDE.

1.24. Reunião com representantes do Governo e do setor privado da Argentina.

1.25. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL e Estados Associados.

1.26. Encontro de Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda e reunião do Grupo de Trabalho sobre Perspectivas Econômicas, promovidas, respectivamente, pelo BID e pela OCDE.

2. Participação em reuniões e seminários no Brasil

2.1. Reuniões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

2.2. Seminário "Brazil Seminar", promovido pela SEB-Merchant Banking.

2.3. Reunião Anual do BID.

2.4. Reuniões com o Banco Mundial.

2.5. Seminário "Financial Stability Forum".

2.6. Reunião bilateral com o Banco Central da Argentina sobre Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - CCR.

2.7. Reunião com a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER sobre o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e seu desenvolvimento.

2.8. Seminário "A Política Comercial Brasileira: Análise e Propostas de Reforma".

2.9. Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL e Estados Associados.

2.10. Reunião na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A. - SBCE para tratar da análise de risco país para países da América Latina, com vistas à concessão de seguro de crédito à exportação.

2.11. Reunião na SBCE para tratar de seguro de crédito à exportação.

2.12. Seminário "Novos Rumos do Desenvolvimento" e reunião sobre o Peru e o Equador.

2.13. Seminário sobre estabilidade financeira.

2.14. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação de Economia - AMPEC e reunião do Grupo Técnico de Defesa Comercial.

3. Notas Técnicas

3.1. Posição brasileira em relação à contribuição do país na 13ª recomposição de recursos da IDA.

3.2. Nota sobre transferência de recursos da conta SCA2, do FMI, para o HIPC Trust Fund.

3.3. Nota sobre Acordos de Promoção e Proteção de Investimento.

3.4. Breves Considerações sobre Federalismo na Argentina e o Recente Acordo do Governo Federal e Províncias.

3.5. A Experiência da Unificação Monetária Européia e Lições para o MERCOSUL.

3.6. Evolução Recente dos Subsídios Agrícolas no Mundo, o "Farm Bill" 2002 e a Proposta da Comissão Européia.

3.7. Risco Soberano no Seguro de Crédito à Exportação no Brasil: Elementos de Análise.

4. Negociações de Acordos Comerciais Internacionais

4.1. Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

4.1.1. Grupo de Serviços - participação nas reuniões preparatórias internas (grupo negociador e grupo ampliado - GICI); discussão das propostas para aprofundamento do bloco; definição da posição MERCOSUL a ser levada à ALCA.

4.1.2. Grupo de Investimentos - coordenação do grupo no Brasil e participação em reunião na Argentina.

4.2. Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

4.2.1. Serviços - participação nas reuniões do Grupo Negociador de Serviços no Panamá e nas reuniões preparatórias realizadas.

4.2.2. Investimentos - participação nas reuniões do Grupo Negociador de Investimentos no Panamá e nas reuniões preparatórias realizadas.

4.3. Organização Mundial do Comércio - OMC

4.3.1. Serviços - participação nas reuniões do Conselho de Serviços; Comitê Negociador de Serviços Financeiros e reuniões bilaterais para negociação dos pedidos de abertura do setor, apresentados pelos países até o dia 31.03.2002.

5. Operações com Organismos Internacionais

5.1. Avaliação das carteiras do Banco Mundial e do BID, juntamente com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2. Participação nas reuniões da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e do Grupo Técnico da COFIEX - GTEC, com avaliação das cartas-consulta e manifestação desta Secretaria.

5.3. Manifestação sobre modificações e/ou inovações nas políticas do Banco Mundial.

5.4. Negociação de operações de empréstimos destinadas ao ajuste do setor público e elaboração das Cartas de Política.

5.5. OCDE - Coordenação das Diretrizes para Empresas Multinacionais pelo Ponto de Contato Nacional.

COORDENAÇÃO-GERAL DE CRÉDITOS EXTERNOS - COCEX

(v. Anexos III a VIII)

1. Seguro de Crédito à Exportação

1.1. Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE

Criado pela Lei nº 9.818, de 23.08.1999, com o fito de regular as atividades de prestação de garantias, por parte da União, no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação.

Em 2002, a Coordenação-Geral de Créditos Externos participou ativamente de todas as reuniões do Conselho, bem como coordenou reuniões preparatórias do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT, com vistas a subsidiar os membros do CFGE na análise das operações a serem cobertas pelo seguro de crédito à exportação, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação - FGE. Foram realizadas oito Reuniões Ordinárias do Conselho (30ª a 37ª), três Extraordinárias (6ª a 8ª), bem como oito reuniões de coordenação da preparatória do GAT.

2. Votos Aprovados pelo CFGE

- . Voto CFGE 001/2002, de 10.01.2002: tratou da cobertura de 100% do financiamento das exportações de 42 aeronaves, pelo BNDES, envolvendo a EMBRAER e a CONTINENTAL AIRLINES, no valor de US\$ 741.089.351,00, enquanto o mercado de securitização de recebíveis de companhias aéreas apresentasse condições excepcionais.
- . Voto CFGE 002/2002, de 10.01.2002: em conjunto com o BNDES, o voto tratou de apresentar proposta de nova forma de comprometimento dos recursos do FGE, em operações de financiamento à exportação para o segmento de aviação regional para os Estados Unidos da América.
- . Voto CFGE 003/2002, de 04.03.2002: conferiu alçada de US\$ 1,0 milhão ao BNDES para pagamento de despesas com indenização de sinistros.
- . Voto CFGE 004/2002, de 04.03.2002: autorizou o IRB - Brasil Resseguros S.A. a inspecionar a SBCE, a fim de verificar a regularidade dos atos praticados até 31.12.2001, no que concerne à regulação de sinistro na alçada da Companhia. O voto delegou competência ao IRB para que realizasse tal verificação, de forma sistemática, dentro dos dois meses seguintes ao encerramento do semestre e que também examinasse as recuperações de créditos porventura havidas na alçada da SBCE.
- . Voto CFGE 005/2002, de 09.07.2002: ajustou a Remuneração da SBCE em função da elevação da arrecadação de prêmios do FGE nos meses de maio e junho pela concretização de cobertura de operações da EMBRAER, que culminou também na elevação da remuneração da Seguradora. O incremento da arrecadação propiciou à Seguradora ressarcir-se de déficits ocorridos em anos anteriores, como também permitiu a cobertura das despesas orçadas no ano de 2002. Nesse sentido foi possível a redução da remuneração da Seguradora de 16,10% para 4,29951%, percentual este que incide sobre a taxa de prêmio cobrada do segurado.
- . Voto CFGE 006/2002, de 22.08.2002: tratou da conversão das ações preferenciais do Banco do Brasil S.A., que integram o patrimônio do FGE, em ações ordinárias, à razão de 1,1 ação ordinária para cada ação preferencial detida pelo Fundo.
- . Voto CFGE 007/2002, de 16.10.2002: elaborado em conjunto com o BNDES, o voto tratou do atraso de pagamento de prêmio na operação da FONDAPFA/Venezuela, que deveria ocorrer em 29.07.2002, motivado pelas dúvidas sobre juros vencidos em Contratos da Venezuela com o BNDES, o que acarretou o pagamento do prêmio somente em 31.07.2002.
- . Voto CFGE 008/2002, de 13.11.2002: tratou da nova cobertura securitária de operações com curso no CCR.

3. Grupo de Trabalho - GT Sinistros

- . A Secretaria-Executiva coordenou o Grupo de Trabalho sobre "Sinistros", criado na 34ª Reunião Ordinária do CFGE, realizada em 09.07.2002, com o objetivo de propor soluções para diversas matérias pendentes no âmbito do seguro de crédito à exportação, sobretudo no que se refere à cobrança judicial, no exterior, dos créditos indenizados com recursos do FGE. As reuniões do GT contaram com a participação ativa de representantes da SBCE e também da STN, CAMEX, BB, BNDES, IRB e PGFN.

Os temas abordados foram os seguintes: a) mandato à SBCE para recuperação de crédito no exterior; b) termo de Quitação de Sinistro e Cessão de Direitos à União; e c) alteração nas Condições Gerais da Apólice de Seguro de Crédito à Exportação.

Os integrantes do Grupo de Trabalho ofereceram ao Conselho as seguintes propostas com vistas a equacionar as pendências no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação, aprovadas na 7ª Reunião Extraordinária do CFGE, realizada em 31.10.2002: a) alteração parcial do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001, para delegar competência ao IRB para recuperação dos créditos indenizados pelo FGE, e outorgar poderes a uma Seguradora de Crédito à Exportação para executar cobrança externa; b) alteração parcial do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001, de modo a ampliar as competências do CFGE, como órgão regulador das atividades de prestação das garantias previstas na Lei nº 9.818, de 23.08.1999; c) minuta de Termo de Quitação de Sinistros e Sub-rogação de direitos à União.

Alternativamente, o GT apresentou também outras propostas: a) caso a PGFN não veja como razoáveis as alterações do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001, em função do nível de abrangência dos termos do Art. 4º da Lei nº 6.704, de 26.10.79, seria editada uma MP ou a utilização de MP em vigor, com o objetivo de se alterar a citada Lei, no que for necessário, a fim de se efetuar as alterações acima propostas no aludido Decreto; ou b) como derradeira alternativa, restaria buscar o entendimento com a AGU para efetivação da cobrança, por não se tratar de crédito tributário.

4. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- . Alteração do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001: apresentou texto para nova cobertura securitária do seguro de crédito à exportação com curso no CCR.
- . Alteração do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001: apresentou texto para cobrança judicial e/ou extrajudicial no exterior.
- . Contrato de Prestação de Serviços da SBCE: apresentou minuta de contrato a ser firmado com a SBCE para prestação de serviços.
- . Contrato de Prestação de Serviços da SBCE: inexigibilidade de licitação – constituiu processo de inexigibilidade de licitação para viabilizar a assinatura de contrato com a SBCE, por se tratar de única empresa no Brasil a operar o seguro de crédito à exportação.
- . Votos CFGE 001/2002 e 002/2002: participou da elaboração dos votos que visaram a estabelecer melhores condições para a exportação de aeronaves para o Setor de Aviação Regional.

5. Outros Assuntos

- . Seguro de Crédito à Exportação: encaminhou nova modelagem de Seguro de Crédito à Exportação à Câmara de Comércio Exterior, para deliberação, tendo em conta o disposto no art. 7º, inciso II da Lei nº 9.818, de 23.08.1999, e no art. 18, inciso XI do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001.
- . Consultas Extraordinárias: elaborou e preparou consultas extraordinárias, via fac-símile, aos membros titulares do CFGE, a respeito de matérias relevantes afetas ao FGE.
- . Remuneração da SBCE para 2003: acompanhou o processo de fixação da remuneração da SBCE para o exercício de 2003, da ordem de R\$ 5,846 milhões, que contou com a aprovação do CFGE.
- . Instrumento de Concessão de Garantia IRB/SBCE: acompanhou o processo de renovação do Instrumento, aprovado com prazo de vigência até 31.12.2002.

- . Legislação do seguro de crédito à exportação: propôs alteração do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001, para atender a nova cobertura securitária em operações com curso no CCR.
- . Proposta Orçamentária do FGE para 2003: encaminhamento à SPOA/SE/MF de proposta orçamentária para o ano de 2003.
- . Suplementação Orçamentária para 2002: encaminhou à SPOA/SE/MF pedido de suplementação orçamentária de R\$ 63,1 milhões para o FGE, em função da expectativa do incremento de pagamentos de sinistros no ano de 2002.
- . Metas do FGE para 2002: preparou e elaborou relatório com metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2002.
- . Exposição do FGE: informou mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.
- . Prestação de Contas do FGE: encaminhou o relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício de 2001, à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, para posterior exame pelo Tribunal de Contas da União.

6. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

6.1. Comitê de Crédito às Exportações - CCEX

Instituído pela Portaria nº 390, de 20.07.1993, e reorganizado pela Portaria nº 5, de 11.01.1996, ambas do Ministério da Fazenda, o CCEX tem como atribuição principal fixar critérios internos para a concessão, pelo PROEX, de assistência financeira às exportações brasileiras de bens e de serviços.

Em 2002, a Coordenação-Geral de Créditos Externos participou de todas as reuniões do CCEX, bem como coordenou reuniões preparatórias do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT, que subsidiaram os membros do Comitê na análise dos assuntos e de operações no âmbito do PROEX. Foram realizadas quatro reuniões de coordenação da preparatória do GAT, cinco Reuniões Ordinárias do Comitê (71ª a 75ª), e uma Extraordinária (5ª).

6.2. Comissão de Programação Financeira do PROEX

Criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 03.09.1993, a Comissão de Programação Financeira - CPF tem a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do PROEX.

Em 2002, sob a supervisão da Coordenação, foram realizadas onze reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (14ª a 24ª).

6.3. Outros assuntos

- . Consultas Extraordinárias: elaborou e preparou consultas extraordinárias, via fac-símile, aos membros titulares do CCEX.
- . Proposta Orçamentária: participou da elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2003.
- . Orçamento: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Programa.
- . ENCOMEX Rio de Janeiro (RJ): participou do XXXVIII Encontro de Comércio Exterior, realizado de 24 a 25.10.2002.
- . Seminário FOREX/São Paulo: participou do seminário sobre captação de linhas de curto prazo, realizado em 14.08.2002.

6.4. Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER

- . Orçamento: monitorou as emissões de NTN's-I vinculadas às exportações de aeronaves regionais da EMBRAER, bem como os impactos anuais relativos aos compromissos potenciais estimados.
- . PROEX/Equalização de taxas de juros: participou das negociações com o Banco do Brasil, Banco Central do Brasil e Receita Federal no processo interposto pela EMBRAER visando à remessa de divisas ao exterior para cumprimento de obrigações decorrentes da redução da taxa de equalização do PROEX, de 3,8%a.a. para 2,5%a.a., devida a bancos financiadores de suas exportações.

7. Clube de Paris

Em 2002, a Coordenação-Geral de Créditos Externos participou das seguintes reuniões no Clube de Paris:

- . Reescalamento (16.01.2002) - Resultado: Tanzânia (assinatura da *Agreed Minute* de 2002);
- . *Tour D'Horizon* (17.01.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Nigéria (atualização e extensão da data para a finalização dos acordos bilaterais); Zâmbia (projeto de acordo e atualização do consenso); RDC-Congo (ex-Zaire) (atualização de informações); Costa do Marfim (tratamento preliminar a ser concedido antes do *Decision Point*); Gabão (existência de atrasados); Moçambique (acréscimos técnicos ao texto e vigência da *Agreed Minute*); Angola (tratamento e metodologia a ser aplicada na falta de perspectiva de um Programa com o FMI);
- . *Tour D'Horizon* (07.03.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Equador (atualização e existência de atrasados da dívida); Nicarágua (inclusão, por solicitação da Espanha, da Costa Rica como credor *ad hoc* no reescalamento futuro); Zâmbia (atualização da dívida do País); Nigéria (relações com o Clube de Paris); Costa do Marfim (comparabilidade de tratamento); Gabão (existência de atrasados); Angola (atualização); e Cabo Verde (atrasados e verificação de credores);
- . Reescalamento (09 e 10.04.2002) - Resultado: Costa do Marfim (assinatura da *Agreed Minute* de 2002);
- . *Tour D'Horizon* (10.04.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Nigéria (alocação de pagamentos ao principal da dívida); Zâmbia (atualização); Gana (*Decision Point*); RDC-Congo (atualização); e Cabo Verde (atrasados com os credores);
- . *Tour D'Horizon* (15.05.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Equador (atrasados e perspectivas de um futuro acordo com o Clube); RDC-Congo (relacionamento com o FMI e perspectivas de um acordo no Clube); Tanzânia (atualização e vigência da Fase III do Acordo assinado em abril de 2000); Mauritânia (estabelecimento do *completion point*); e Nigéria (cláusula sobre alocação de pagamentos de principal da dívida nos acordos bilaterais e síntese dos dados);
- . *Tour D'Horizon* (11.12.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Equador (atualização sobre atrasados); Nicarágua (sessão de renegociação agendada para o dia seguinte); Nigéria (comparabilidade de tratamento em face do *buyback de Brady Bonds*); Sudão (relacionamento com o FMI); RDC-Congo (acordos bilaterais e atualização); Costa do Marfim (atualização); Tanzânia (cláusula de *swap*); e Angola (negociações bilaterais);
- . Reescalamento (12 e 13.12.2002) - Resultado: Nicarágua (assinatura da *Agreed Minute* de 2002, onde o Brasil figura como Observador).

Em 2002, a Coordenação-Geral de Créditos Externos foi representada pela Embaixada do Brasil em Paris nas seguintes reuniões do Clube de Paris:

- . *Tour D'Horizon* (20.06.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Equador (atrasados e perspectivas de um futuro acordo com o Clube); Nigéria (atualização das negociações bilaterais e ordem da incidência dos pagamentos); RDC-Congo (perspectivas de uma negociação); e Sudão (atualização);
- . Reescalonamento (08 e 09.07.2002) - Resultado: Mauritânia (assinatura da *Agreed Minute* de 2002);
- . *Tour D'Horizon* - (10.07.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Equador (atualização); Nigéria (atualização e *status* das negociações bilaterais); Zâmbia (*topping up*); Tanzânia (interpretação da Ata de Entendimentos); RDC-Congo (agendada negociação para setembro); e Guiné-Bissau (atualização);
- . *Tour D'Horizon* - (11.09.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Nigéria (atualização); RDC-Congo (reunião de reescalonamento agendada para o dia seguinte); e Angola (atualização e *status* das negociações bilaterais);
- . Reescalonamento (12 e 13.09.2002) - Resultado: RDC-Congo (assinatura da *Agreed Minute* de 2002);
- . *Tour D'Horizon* - (06.11.2002) - Resultado: comunicado ou discussões sobre Nicarágua (agendada reunião de reescalonamento para dezembro); Costa do Marfim (atualização sobre atrasados); Gabão (atualização sobre atrasados); RDC-Congo (atualização sobre reconciliação das dívidas); Sudão (atualização e carta recebida do País); Tanzânia (atrasados); Moçambique (inclusão, a pedido de um credor com problema isolado com o País); e Guiné-Bissau (atualização e atrasados).

8. Negociações bilaterais

Em 2002, a Coordenação-Geral de Créditos Externos efetuou negociações bilaterais com os seguintes países:

- . Cabo Verde (15 a 18.04.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: reunião para renegociação dos atrasados da dívida e prorrogação das parcelas vincendas;
- . Nicarágua (14.05.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: cerimônia de assinatura do Contrato de Reescalonamento da Dívida;
- . Angola (28.05.2002) - por carta - Resultado: resposta à carta de 17.05.2002, enviada pelo Ministro das Finanças de Angola; e (16.10.2002) – por carta – manifestação de concordância quanto à vinda de missão angolana para discutir cooperação bilateral e documentos que regem relações financeiras entre os países;
- . Tanzânia (20.06.2002) - por carta - Resultado: negociação em andamento para a implementação das *Agreed Minutes* de 2000 e de 2002;
- . Costa do Marfim (22.07.2002) - por carta - Resultado: conciliação de números; e (18.09.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: reunião com a Embaixadora da Costa do Marfim no Brasil para tratar da Renegociação da Dívida e fornecer informações sobre o Projeto do Programa de Cessão de Créditos Externos;
- . Gabão (17.09.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: cerimônia de assinatura do Contrato de Reescalonamento da Dívida;
- . Moçambique (26.09.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: reunião com o Embaixador de Moçambique no Brasil para tratar da renegociação da dívida e implementação do perdão anunciado pelo Presidente da República;

- . República Democrática do Congo (22.11.2002) - em Brasília (DF) - Resultado: negociação e conciliação da dívida para implementação da Ata Acordada no Clube de Paris em 2002.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS - CAEFI

(v. Anexos IX e X)

À Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros, entre outros assuntos, compete:

- . Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- . Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- . Elaborar estudos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais; e
- . Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições a CAEFI realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (Internet) ou impresso, de publicações especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas. A coleta das estatísticas é realizada periodicamente e organizada em planilhas de Excel, sendo a Internet a principal fonte dos dados.

Além disso, a CAEFI desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como FMI, OCDE, Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros. Eventualmente, no intuito de realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre um determinado tema ou país, membros da CAEFI indicados pelo Secretário e/ou Secretários-Adjuntos viajam ao exterior.

As informações coletadas são analisadas e discutidas pela equipe da Coordenação. Posteriormente, são resumidas em relatórios escritos: Boletim de Economia Internacional, Informes Especiais e Notas sobre as economias de países selecionados. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. A CAEFI também é responsável pela elaboração de apresentações em Power Point para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior.

1. Boletim de Economia Internacional

Relatório bimensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados. Usualmente, o Boletim de Economia Internacional é dividido nas seguintes seções: EUA, Zona do Euro, Japão, Leste Asiático, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Mercados e *Commodities*. Eventualmente, acrescenta-se outras seções de países ou temas que, devido às circunstâncias do momento, tornam-se relevantes para o governo.

2. Notas Semanais

Relatórios semanais sobre a conjuntura econômica dos países analisados no Boletim de Economia Internacional. As notas semanais são de caráter informal e são elaboradas sempre que, em uma dada semana, um fato econômico ou político relevante acontece nos países acompanhados pela CAEFI. Com isto, busca-se fornecer informações mais atualizadas ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos e aos integrantes do governo que tratam direta ou indiretamente de assuntos internacionais.

3. Informes Especiais

Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil ou sobre temas específicos relacionados à economia internacional e ao comércio exterior. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos.

4. Notas

Relatório amplo sobre a economia de países considerados de maior relevância na condução da política externa brasileira. Esse relatório é elaborado com informações obtidas em viagens aos países analisados, por meio de contatos pessoais com funcionários do governo e analistas do setor privado.

5. Apresentações

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em Power Point, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICO-COMERCIAIS - CAECO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTEGRAÇÃO – COINT
(v. Anexos XI e XII)

A Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais e a Coordenação de Integração têm como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os processos de investigação de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e as negociações binacionais e multilaterais no MERCOSUL, na ALCA e na OMC, subsidiando o Secretário e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas, elaboração de Notas, Pareceres e do Relatório Mensal de Análise da Balança Comercial Brasil/Mercosul.

1. Defesa Comercial

No ano de 2002, foram abertos oito processos de investigação de prática de *dumping* e encerrados outros sete, sendo três com imposição de direitos e quatro sem imposição de direitos. Quanto às salvaguardas foram encerrados dois processos com imposição de quotas de importação para o segmento de coco ralado e tecidos. Em relação a subsídios, foi encerrada uma investigação sem aplicação de direitos. Foram realizadas onze reuniões técnicas referentes a esses processos.

Encontram-se em fase de encerramento dois processos *antidumping* glifosato e lápis de cor.

2. Negociações

2.1. Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico a três grupos negociadores, a saber: Grupo Negociador de Acesso a Mercados – GNAM, Grupo ad Hoc sobre Regras de Origem – GAO e Grupo Negociador sobre Subsídios, *Antidumping* e Direitos Compensatórios - GNSADC, tendo participado de um total de trinta e três reuniões técnicas.

2.1.1. O GNAM tratou de negociações sobre Tarifas, Medidas Não Tarifárias, Salvaguardas, Regras de Origem, Procedimentos Aduaneiros e Normas e Barreiras Técnicas. Dentre os temas tratados, foi dada ênfase especial aos assuntos relacionados com Métodos e Modalidades para a Negociação Tarifária e Critérios para qualificação de Regras de Origem. Apesar dos avanços verificados ao longo do ano, há uma preocupação latente no grupo em não cumprir seu mandato a tempo, em virtude da diversidade de temas (seis) sob sua responsabilidade.

2.1.2. O Comitê de Negociações Comerciais - CNC da ALCA instruiu o GNAM a criar o Grupo ad Hoc sobre Regras de Origem – GAO para iniciar as negociações sobre regras de origem específicas para todo o universo tarifário.

2.1.3. O GNSADC tratou, principalmente, da elaboração de texto consolidado sobre *antidumping* e do aprofundamento da discussão sobre subsídios.

2.2. Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico aos Comitês de Defesa Comercial e Salvaguardas e de Tarifas e subsidiou as negociações no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, do Grupo Mercado Comum - GMC e do Conselho do Mercado Comum - CMC. Registre-se o apoio técnico às negociações com a União Européia, que, em 2002, se limitaram à questão tarifária. Mesmo com as dificuldades econômicas que afetaram nossos parceiros no bloco, provocando o cancelamento de alguns eventos, foram realizadas quarenta e oito reuniões na Argentina e no Brasil, países que ocuparam a presidência "pro-tempore" do MERCOSUL, respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2002.

2.3. Organização Mundial do Comércio – OMC

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico ao Grupo Negociador de Regras referente às negociações de blocos regionais, *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias. Elaborou-se, conjuntamente com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, documentos relativos à seleção preliminar de tópicos com o objetivo de aprofundar as disciplinas sobre a matéria. Compareceu-se a duas negociações e a duas reuniões preparatórias sobre o assunto.

OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO

No decorrer do exercício, a SAIN observou fielmente a legislação, no tocante ao Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Orçamento e de Investimentos, os Decretos nºs 4.080, de 10.01.2002, 4.120 de 07.02.2002 e alterações, 4.231, de 14.05.2002, 4.369, de 11.09.2002, 4.466, de 13.11.2002, e 4.479, de 21.11.2002, entre outros.

Em cumprimento à IN/TCU/Nº 005/94 foram enviadas à Gerência de Recursos Humanos deste Ministério, através do Memorando nº 130, de 15.05.2002, as Declarações de Imposto de Renda dos servidores desta Secretaria, ano-base 2001 (v. em anexo declaração da Gerência de Recursos Humanos, datada de 12.12.2002, atestando o recebimento).

Dotação Orçamentária e Plano Plurianual

A dotação orçamentária para o exercício de 2002 no Programa Gestão da Política Macroeconômica, ação "Assistência Técnica em Assuntos Internacionais" (Provisão recebida: R\$ 147.728,00), que cobriu somente 11,89% da despesa realizada, foi complementada com recursos do Programa de Apoio Administrativo, ação "Manutenção de Serviços Administrativos" (Provisão recebida: R\$ 694.235,00), tendo em vista que se mostrou insuficiente para a realização das atribuições regimentais e o alcance dos objetivos previstos.

A meta prevista para aquela atividade era originalmente de cento e vinte negociações, porém, devido à participação em novos fóruns de trabalho, foram realizadas cento e quarenta e oito negociações, ultrapassando, portanto, as metas previstas.

A maior parcela do orçamento foi realizada com o pagamento de diárias (40,62%) e passagens (57,88%). O restante (1,5%) foi gasto com material de consumo, realização de serviços e ressarcimentos de despesas a servidores.

Não houve transferência de recursos mediante convênio, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eficiência, Eficácia e Economicidade

Ao longo do exercício de 2002, a Secretaria adotou, como regra básica, o critério de sempre adquirir material de expediente em quantitativo estritamente necessário à manutenção das atividades da Secretaria. Com isso, evitou-se a criação de estoques. Os serviços de reparos e as compras de materiais de uso específico somente foram autorizados após minuciosa avaliação de suas reais necessidades.

Com relação aos gastos com passagens aéreas emitidas (124), 68,55% foram adquiridas na "tarifa promocional", o que resultou numa economia de aproximadamente 21% para os cofres do Tesouro Nacional, na rubrica "Passagens e Despesas com Locomoção".

Quanto aos indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência das ações administrativas, pode-se dizer que as participações em reuniões e seminários, no Brasil e no exterior, as notas técnicas elaboradas ao longo de 2002 sobre matérias de naturezas diversas e, sobretudo, as negociações de acordos internacionais, conforme registrado neste Relatório, demonstram claramente que os resultados qualitativos alcançados superaram a previsão inicial da SAIN.

Diligências de Órgãos de Controle Interno e Externo

No exercício de 2002, não houve qualquer fato que tenha ocasionado instauração de sindicância ou processo administrativo e/ou tomada de contas especial.

OTAVIANO CANUTO DOS SANTOS FILHO

DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS - 2002

Anexo I

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Ligia Pinheiro Barbosa

Cargo: Assessora

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA (Reuniões)	Unidade	9	3	3	0
2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade	2	0	0	0
3 - Reuniões da Comissão de Financiamentos Externos- COFIEEX	Unidade	1	1	1	1
4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade	2	0	0	2
5 - Reuniões da IDA - International Development Association	Unidade	0	1	0	0
6 - Reuniões do Fundo de Financiamento ao Desenvolvimento da ONU	Unidade	2	0	0	0
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo II

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Ligia Pinheiro Barbosa

Cargo: Assessora

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA (Reuniões)	Unidade/%	12 (133%)	6 (200%)	12 (400%)	6 (600%)
2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)	Unidade/%	6 (300%)	4 (400%)	0 (100%)	0 (100%)
3 - Reuniões da Comissão de Financiamentos Externos - COFLEX	Unidade/%	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)*	1 (100%)
4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)	Unidade/%	1 (50%)**	0 (100%)	0 (100%)	1 (50)**
5 - Reuniões da IDA - International Development Association	Unidade/%	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
6 - Reuniões do Fundo de Financiamento ao Desenvolvimento da ONU	Unidade/%	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

* As metas previstas para o 3º trimestre de 2002 (item 3), não foram realizadas, em virtude de que não ocorreu a reunião

** As metas previstas para o 1º e 3º trimestres de 2002 (item 4), não foram totalmente realizadas, em virtude das restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 4.230, de 14.05.2002

DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS - 2002

Anexo III

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico no Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações - CFGE

Sinopse do Objeto: Organizar, convocar e distribuir documentação para os membros do CFGE, além do provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Conselho

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Compilar todas operações/assuntos e dados financeiros para repasse aos membros do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
2 - Preparar pastas para o Presidente e o Secretário-Executivo do Conselho, com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
3 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CFGE as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias	Percentual	100%	100%	100%	100%
4 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do Conselho	Percentual	100%	100%	100%	100%
5 - Elaborar ata das Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
6 - Encaminhar as resoluções do Conselho para a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação	Percentual	100%	100%	100%	100%
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS REALIZADAS - 2002

Anexo IV

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico no Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações - CFGE

Sinopse do Objeto: Organizar, convocar e distribuir documentação para os membros do CFGE, além do provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Conselho

Responsável pelos Dados: Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Coordenador

Assinatura: _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Compilar todas operações/assuntos e dados financeiros para repasse aos membros do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
2 - Preparar pastas para o Presidente e o Secretário-Executivo do Conselho, com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
3 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CFGE as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias	Percentual	100%	100%	100%	100%
4 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do Conselho	Percentual	100%	100%	100%	100%
5 - Elaborar ata das Reuniões Ordinárias do CFGE	Percentual	100%	100%	100%	100%
6 - Encaminhar as resoluções do Conselho para a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação	Percentual	100%	100%	100%	100%
7 -					
8 -					
9 -					
10 -					

DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS - 2002

Anexo IX

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros - CAEFI

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Pablo Fonseca Pereira dos Santos **Cargo:** Coordenador-Geral **Assinatura:** _____ **Data:** 31/12/2002

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1. Boletim de Economia Internacional: relatório bimensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados. Usualmente, o Boletim de Economia Internacional é dividido nas seguintes seções: EUA, Zona do Euro, Japão, Leste Asiático, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Mercados e <i>Commodities</i> . Eventualmente, acrescenta-se outras seções de países ou temas que, devido às circunstâncias do momento, tornam-se relevantes para o governo	Unidade	1	2	2	1
2. Notas Semanais: Relatórios semanais sobre a conjuntura econômica dos países analisados no Boletim de Economia Internacional. As notas semanais são de caráter informal e são elaboradas sempre que, em uma dada semana, um fato econômico ou político relevante acontece nos países acompanhados pela CAEFI. Com isto, busca-se fornecer informações mais atualizadas ao Secretário e/ou Secretários Adjuntos e aos integrantes do governo que tratam direta ou indiretamente de assuntos internacionais	Unidade	4	8	8	4